



# ***CADERNOS CEPEC***

***V. 1 N. 7 Junho de 2012***

***O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006***

*Gisalda Carvalho Figueiras  
José Antonio Herrera*

**Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia**



## **CADERNOS CEPEC**

*Publicação do Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Pará*

*Periodicidade Mensal – Volume 1 – N° 7 – Junho de 2012*

*Reitor: Carlos Edilson de Oliveira Maneschy*

*Vice Reitor: Horácio Shneider*

*Pró-Reitor de Pesquisa e Pós Graduação: Emmanuel Zagury Tourinho*

*Instituto de Ciências Sociais Aplicadas*

*Diretor: Marcelo Bentes Diniz*

*Vice Diretora: Maria José de Souza Barbosa*

*Coordenador do Mestrado em Economia: José Nilo de Oliveira Júnior*

### *Editores*

*José Raimundo Barreto Trindade*

*Sérgio Rivero*

### *Conselho Editorial*

*Armando Souza*

*Marcelo Diniz*

*David Carvalho*

*Raimundo Cota*

*Francisco Costa*

*José Nilo*

*José Trindade*

*Danilo Fernandes*

*Gilberto Marques*

*Sérgio Rivero*

*Gisalda Filgueiras*

*Comentários e Submissão de artigos devem ser encaminhados ao*

*Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia, através do e-mail:*

*[cepec.ppge@gmail.com](mailto:cepec.ppge@gmail.com).*

*Página na Internet: [www.ufpa.br/cepec/](http://www.ufpa.br/cepec/)*

## **Cadernos CEPEC**

### ***Missão e Política Editorial***

Os Cadernos CEPEC constituem periódico mensal vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Sua missão precípua constitui no estabelecimento de um canal de debate e divulgação de pesquisas originais na grande área das Ciências Sociais Aplicadas, apoiada tanto nos Grupos de Pesquisa estabelecidos no PPGE, quanto em pesquisadores vinculados a organismos nacionais e internacionais. A missão dos Cadernos CEPEC se articula com a solidificação e desenvolvimento do Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE), estabelecido no ICSA.

A linha editorial dos **Cadernos CEPEC** recebe textos de diferentes matizes teóricas das ciências econômicas e sociais, que busquem tratar, preferencialmente, das inter-relações entre as sociedades e economias amazônicas com a brasileira e mundial, seja se utilizando de instrumentais históricos, sociológicos, estatísticos ou econométricos. A linha editorial privilegia artigos que tratem de Desenvolvimento social, econômico e ambiental, preferencialmente focados no mosaico que constitui as diferentes “Amazônias”, aceitando, porém, contribuições que, sob enfoque inovador, problematize e seja propositivo acerca do desenvolvimento brasileiro e, ou mesmo, mundial e suas implicações.

Nosso enfoque central, portanto, refere-se ao tratamento multidisciplinar dos temas referentes ao Desenvolvimento das sociedades Amazônicas, considerando que não há uma restrição dessa temática geral, na medida em que diversos temas conexos se integram. Vale observar que a Amazônia Legal Brasileira ocupa aproximadamente 5,2 milhões de Km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 60% do território brasileiro. Por outro lado, somente a Amazônia brasileira detém, segundo o último censo, uma população de aproximadamente 23 milhões de brasileiros e constitui frente importante da expansão da acumulação capitalista não somente no Brasil, como em outros seis países da América do Sul (Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Venezuela), o que a torna uma questão central para o debate da integração sul-americana.

### ***Instruções para submissão de trabalhos***

Os artigos em conformidade a linha editorial terão que ser submetidos aos editoriais, em Word, com no máximo 25 laudas de extensão (incluindo notas de referência, bibliografia e anexos). Margens superior e inferior de 3,5 e direita e esquerda de 2,5. A citação de autores deverá seguir o padrão seguinte: (Autor, data, página), caso haja mais de um artigo do mesmo autor no mesmo ano deve-se usar letras minúsculas ao lado da data para fazer a diferenciação, exemplo: (Rivero, 2011, p. 65 ou Rivero, 2011a, p. 65). Os autores devem fornecer currículo resumido. O artigo deverá vir obrigatoriamente acompanhado de Resumo de até no máximo 25 linhas e o respectivo Abstract.

## **O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: um olhar a partir dos dados do Censo de 2006**

*Gisalda Carvalho Figueiras<sup>1</sup>*

*José Antonio Herrera<sup>2</sup>*

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho foi o de fazer uma análise da dinâmica da agricultura familiar no estado do Pará, tendo como base informações secundárias, incluindo o Censo Agropecuário de 2006. Através destas informações foi possível desenhar um perfil deste segmento no que diz respeito a sua distribuição geográfica entre as três Superintendências Regionais do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, no Pará, bem como a sua produção agropecuária espacial no período de 1995 a 2006. Os resultados apontaram que um número significativo de agricultores familiares paraenses vêm contribuindo, significativamente, para os números estatísticos da produção estadual e nacional, seja garantindo a reprodutibilidade da família em seus estabelecimentos e/ou abastecendo o mercado local e/ou nacional.

**Palavras-chaves:** Agricultura familiar; Produção Agrícola Familiar; Pará; Ruralidade.

### **ABSTRACT**

The objective of this work was to make an analysis of the dynamics of familiar agriculture in the state of Pará, being had as base secondary information, including the Census Farming of 2006. Through these information it was possible to draw a profile of this segment in what its geographic distribution says respect enters the three Regional Supervisions of the Institute of Colonização and the Agrarian Reformation - INCRA, in Pará, as well as its space farming production in the period of 1995 the 2006. The results had pointed that a significant number of paraenses familiar agriculturists comes contributing, significantly, with respect to the statistical numbers of the state and national production, either guaranteeing the reprodutibilidade of the family in its establishments and/or supplying the local and/or national market.

**Key-words:** Familiar agriculture; Familiar Agricultural production; Pará; Ruralidade

### **1. INTRODUÇÃO**

A forma de ocupação e integração promovida na Amazônia gerou impactos significativos na dinâmica agrária tanto no que diz respeito às relações sociais como nos sistemas de produção. Notadamente, grupos oriundos de outras regiões que detinha capital foram privilegiados em detrimento as dinâmicas locais, ocasionando um conflito de lógicas produtivas ao mesmo tempo em que disseminava a dependência dos trabalhadores rurais e das demais categorias desprovidas de incentivos para com os capitalistas.

Para Herrera; Oliveira (2010) o que se consta na região como consequência desse processo de ocupação são conflitos de interesses de duas lógicas distintas de se produzir.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Guamá – Belém. Programa de Pós-Graduação em Economia – PPGE/ICSA. Doutora em Ciências Agrárias. E-mail: [gisaldaf@yahoo.com.br](mailto:gisaldaf@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Altamira – Faculdade de Geografia, Doutor do Programa em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente da UNICAMP. E-mail: [herrera@ufpa.br](mailto:herrera@ufpa.br)

“Notório que devido aos conflitos de interesses, sobretudo, a posse da terra, faz com que se acirrem as disputas entre camponeses e capitalistas. Essa disputa é subsidiada por duas distintas lógicas de ter a terra como posse, pois, o camponês tem a terra como sua à medida que faz produzir, ou seja, seu trabalho é que garante o direito de posse, já no caso dos capitalistas não existe a necessidade de produção para que lhe seja garantido o direito de posse, uma vez que, tem a terra como mercadoria que imobiliza capital, sendo assim, mais uma forma especulativa do que produtiva do capital (HERRERA; OLIVEIRA, 2010; p. 07).

Apesar dos conflitos e do favorecimento aos grupos capitalizados, a agricultura familiar permaneceu e se viabilizou enquanto categoria no campo paraense, reproduzindo sistemas tradicionais voltados para subsistência das famílias mais, também, aprimorando e se especializando no atendimento ao mercado, logo, a situação imposta ao meio rural não eliminou a produção familiar do Pará. Fato que provoca a compreender a racionalidade da produção familiar, bem como visualizar os números de produção gerados por essa categoria no Estado, verificando o quanto a agricultura familiar tem contribuído para a economia agropecuária paraense.

Nesse sentido, tem-se no objetivo deste estudo uma discussão da agricultura familiar no estado do Pará, discutindo-se, em uma primeira seção, após o procedimento metodológico, uma breve discussão teórica acerca do conceito de agricultura familiar, para - posteriormente, se ter duas seções que esboçam alguns números gerais da agricultura familiar paraense e uma comparação entre as três mesorregiões consideradas pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Por fim, uma breve conclusão onde se traçam algumas considerações e apontamentos sobre a agricultura familiar no estado do Pará.

Inicialmente, se tem a hipótese de que a trajetória de ocupação e exploração da terra configurou formas de produção diferenciada na agricultura familiar do Pará. E que isso, de certo modo, foi gerado pelo deslocamento da fronteira no interior do Estado, daí a iniciativa de elencar um tópico que se refere à comparação entre as diferentes mesorregiões determinadas pelas Superintendências Regionais – SRs coordenadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) do Estado.

## 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Dentre as variáveis relativas à produção, foram analisadas área colhida, quantidade produzida e valor bruto da produção para os produtos, relativos ao período de 1995 a 2009.

Além disso, por Superintendência Regional (SR's), destacou-se características relativas a produção e forma de posse da área, cujos dados foram fornecidos pelo INCRA – Pará. O modelo empírico para variáveis crédito rural e produção estão relacionadas a se demonstrar suas evoluções e/ou involuções e foram feitas através de taxas geométricas de crescimento (TGC), após a análise de uma estatística descritiva destas, como média, desvio padrão e coeficiente de variação. A TGC foi empregada para se observar a evolução de uma série temporária, obtida por meio da regressão geral<sup>3</sup>:

---


$$^3 Y_{it} = \alpha_i + b_i T + \epsilon_t$$

em que:

$Y_{it}$  = é o logaritmo natural da variável  $i$ , no ano  $t$ ;

$T$  é uma variável tendência, assumindo os seguintes valores ( $T=1$ , para 1995,...  $T=10$ , para 2009);

$\alpha_i$  = parâmetros que representa o valor médio da variável  $i$

$b_i$  = é o logaritmo natural da taxa geométrica de crescimento ( $1 + i$ ), onde a taxa de crescimento  $i$  é obtida do seguinte modo:  $i = \text{antilnb}_i - 1$ ; e

Outro dado analisado é a variável desmatamento, em km<sup>2</sup>, através da correlação linear entre as variáveis desmatamento e área explorada pela agricultura familiar e/ou VBP da agricultura familiar. O coeficiente de correlação linear mede o grau e o tipo do relacionamento entre as variáveis estudadas. Esta medida é também chamada de **coeficiente de correlação de Pearson**, em homenagem ao seu criador. A sua simbologia é dada por **r** (amostra) ou **ρ** (população)<sup>4</sup>.

Por fim, procedeu-se com uma revisão bibliográfica por alguns autores regionais que já abordaram o assunto, destacando suas contribuições para o entendimento da dinâmica da agricultura familiar do estado do Pará.

### 3. AGRICULTURA FAMILIAR: UM CONCEITO EM DEBATE.

A produção familiar brasileira tem sua conformação nas origens coloniais embasada em três distintas características: a grande propriedade, as monoculturas de exportação e a antiga, porém prolongada relação do tipo senhor/escravo, que provocou fragilidades e dependências sociais para com os pequenos produtores (LAMARCHE, 1993).

Ao passar do tempo, com sua especificidade e precariedade, a produção familiar resistiu e aumentou por toda extensão nacional fato fortalecido inicialmente pela ação dos imigrantes europeus que se organizavam em colônias, desenvolvendo as atividades com o trabalho familiar, com características itinerantes e rudimentares e posteriormente através de proposta do governo.

Para Lamarche (1993), a agricultura familiar, como assim define, corresponde:

... a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração agrícola engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução de exploração.

O modelo familiar tem como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994; citado por OLALDE, 2004, p.1.), sendo, portando, uma categoria não homogênea.

Certamente a produção familiar se caracteriza por sua organização produtiva, em que o grupo familiar se responsabiliza pelas atividades, não tendo uma divisão clássica e hierárquica do trabalho e nem tão pouco a distribuição financeira sendo feita categoricamente ao longo dos meses entre os membros da família.

O núcleo familiar é responsável por todas as decisões no que se refere à dinâmica estabelecida na unidade produtiva, por exemplo: escolha da cultura, diversificação, tipo de plantio e escoamento da produção.

$\epsilon_t$  =  $\epsilon$  o tempo de erro aleatório que, por hipótese, apresenta media zero e variância constante.

$$^4 r = \frac{n\sum XY - \sum X \sum Y}{\sqrt{n(\sum X^2) - (\sum X)^2} \sqrt{n(\sum Y^2) - (\sum Y)^2}}$$

Onde n e o numero de pares de valores (X,Y) observados.

Observe-se que  $-1,0 \leq r \leq 1,0$ . O mesmo ocorre com o valor de  $\rho$

A partir dos valores de r ou  $\rho$ , podemos verificar o tipo da correlação existente entre as variáveis estudadas.

Lamarche (1993) explicita em um dos trechos de sua obra *A Agricultura Familiar*, que o preceito da exploração familiar no Brasil teve três distintos pólos: nordeste, sudeste e sul, os quais se caracterizavam de acordo com suas realidades.

No Nordeste, a agricultura familiar era definida a partir da degradação de vida pressuposta pela sujeição aos grandes latifúndios. Os pobres livres, como eram chamados os pequenos produtores, sempre serviram às grandes produções da associação entre a criação de gado extensivo e a cultura do algodão. Nesse caso, a situação imposta de ser: “grupo diferenciado”, marginalizado, propiciou o povoamento isolado nas regiões semi-áridas, onde se buscava a subsistência dos moradores desfavorecidos.

No caso do Sudeste, nota-se a ação dos estrangeiros em busca da produção nas fazendas de grandes culturas em conjunto com criação bovina e posteriormente constituindo a força de trabalho nos latifúndios que possuíam cafezais. É interessante destacar, pela distinção de origem, o nível organizacional dessa classe e suas estratégias, diferenciando sem dúvida dos moradores da região anteriormente citada.

O terceiro pólo é identificado na Região Sul, inicialmente por ter sido povoada posteriormente as demais regiões e por ser bem caracterizada pela sua forma de exploração, que utilizava quantidade média de área, assim como no Sudeste, porém, preocupados com a diversificação das lavouras alternando com a criação bovina. É nesse terceiro pólo que se concentram as primeiras movimentações sociais organizadas em prol da classe dos pequenos produtores, em torno de cooperativas.

No início dos anos 1960 a seletiva modernização ocorrida no país propunha a transformação do latifúndio improdutivo em empresa moderna – dinâmica que se desencadearia associada ao desenvolvimento do setor industrial de insumos orgânicos e mecânicos a ser montado no país (COSTA, 1998 citado por HERRERA e GUERRA, 2006). Posterior a esse fato, a política do governo nos anos de 1970 é voltada para superar o agravamento e as distorções surgidas a partir da modernização conservadora (SAUER, 1998). Nessa época é promovida a estratégia de povoar novas áreas agricultáveis, no caso a Amazônia.

A abertura de novas áreas na região Amazônica acompanhada da propaganda de todo aparato para fomentar as atividades agrícolas, com os produtores marginalizados e desfavorecidos das outras regiões, resultou em grande e constante migração dos indivíduos das regiões problematizadas para a Amazônia. No caso do estado do Pará, caracteriza-se a produção familiar pelo multiculturalismo e pelas diferentes formas de conduzir a unidade produtiva. A heterogeneidade se faz representar pelo diferentes tipos de produtores familiares, desde os ligados ao mercado tendo sua produção sendo especializadas aos produtores que permanecem com a produção de pequena escala e que não levam em conta as vantagens comparativas, mas sim a reprodução e sustento da família.

De qualquer modo, a produção agropecuária familiar tem a especificidade que Chayanov ao se referir ao campesinato russo chamou de “auto-exploração da força de trabalho” (CHAYANOV, 1974, p.73; BONNAL et al, 1995, p.33), fato que se aplica à lógica de produção familiar existente no Brasil, já que se verifica a composição da família como determinante dos limites superiores e inferiores do volume de sua atividade econômica, ou seja, a quantidade de membros aptos a trabalhar determinam o limite superior do volume da atividade e o limite inferior é determinado pela quantidade de bens materiais absolutamente necessários para assegurar a existência da família.

Quando comparada essa lógica com a dinâmica das unidades capitalistas no campo fica explicitada a distinção, uma vez que a produção familiar por efeitos naturais tem uma limitação dada enquanto a produção capitalista teoricamente é ilimitada, buscando sempre melhores resultados econômicos e financeiros para obter maiores lucros.

No caso da unidade familiar a distinção se deve ao fato da mão-de-obra ser computada em dias e/ou horas, não tendo como a mesma unidade ser utilizada ao longo de toda equação. Dessa forma é adotada a interpretação de correlacionar os resultados gerados na unidade com a mão-de-obra familiar utilizada ao longo do ciclo agrícola para verificar se o produzido foi satisfatório ou não.

Unidade de produção familiar

Satisfatório: Renda Bruta (RB) – Despesas Materiais  $\geq$  Trabalho (T)  
 Insatisfatório: Renda Bruta (RB) – Despesas Materiais  $<$  Trabalho (T)

Diferente de uma unidade economicamente capitalista o produto líquido da despesa do trabalho é subjetivamente reconhecido satisfatório (vantajoso) ou insatisfatório (não-vantajoso). A remuneração da unidade de produção é uma derivada que depende da maneira pela qual os problemas globais do estabelecimento agrícola são resolvidos, no entanto o essencial é a remuneração anual do trabalho, não havendo uma divisão da remuneração mês a mês entre os membros da família. Além disso, muitas vezes a exploração familiar aceita níveis de remuneração da força de trabalho que não seriam possíveis numa exploração capitalista.

Importante frisar que, para além da diferenciação entre as duas grandes categorias capitalista e familiar, deve se levar em consideração que existe no campo uma diversidade de lógicas organizacionais e produtivas o que justifica a consideração feita acerca da heterogeneidade da produção agropecuária familiar. Tratando-se de Amazônia, tal fato, deve ser ainda mais ponderado, pois as condições são bem distintas em cada unidade de produção, mesmo estando uma ao lado da outra, os meios de produção se apresentam diferentes, além do fator cultural (trajetória, costumes, etc...) ser bem diferenciado devido ao processo migratório da região.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção discute-se o papel da agricultura familiar, que vai deste a sua caracterização, até a sua produção quantitativa e valor auferido por esta, no período de 1990 a 2009.

##### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARÁ, A PARTIR DO CENSO DE 2006**

Dados do Censo Agropecuários de 2006, do IBGE (2010), no Brasil, mostram a existência de 5.175.489 estabelecimentos distribuídos num total de área 329.941.393 hectares, dos quais 84,40% pertenciam ao segmento da agricultura familiar, que correspondia exatos 4.367.902 estabelecimentos agrícolas e com um percentual de área de 24,32%, isto é, ocupando 80.250.453 ha. Implica dizer que outro segmento (não familiar) correspondia a 15,60% dos estabelecimentos (807.587) delimitados em uma área de terra de 75,68%, ou seja, 249.690.940 ha.

Para o mesmo Censo, na condição do produtor, 76,25% se declararam proprietários dos estabelecimentos (3.946.276), dos quais 17,29% não pertencem a agricultura familiar (682.408 proprietários). E o restante,



(23,75%) ficaram distribuídos em outra categoria, tais como: sem títulos, arrendatários, parceiros, ocupantes e produtor sem área, que somados importavam em 1.229.213 estabelecimentos.

No estado do Pará esta relação não é diferente e segue o padrão do país, tal como: dos 222.028 estabelecimentos declarados, 88,34% foram denominados da agricultura familiar (196.150) que atingiram uma área de 6.909.156 ha (30,75%) de um total de 22.466.026 ha. A agricultura não familiar estava inserida em 25.878 estabelecimentos para uma área de 15.556.870 ha, ou seja, detinham 69,25% da área recenseada em 2006 (Tabela 1).

Tabela 1: Estabelecimentos e área da agricultura familiar e não familiar no Brasil, Norte e Pará: 2006.

Categoria	Brasil		Norte		Pará	
	Estabelecimento	área (ha)	Estabelecimento	área (ha)	Estabelecimento	área (ha)
Agricultura familiar	4.367.902	80.250.453	318.694	14.664.982	196.150	6.909.156
Não familiar	807.587	249.690.940	55.355	36.069.354	25.878	15.556.870
Total	5.175.489	329.941.393	374.049	50.734.336	222.028	22.466.026

Fonte: Censo 2006 (IBGE, 2010).

Percebe-se, pelos dados acima, que a agricultura familiar no Brasil e Pará é relativamente numerosa e possui uma área bem inferior quando comparada ao segmento não familiar. A título de informação, a agricultura familiar do Pará, comparativamente a região Norte, mostra-se mais desenvolvida, com relação aos demais estados que a compõe, uma vez que o número de estabelecimentos corresponde a 47% e uma área de 43%. Ou seja, 53% dos estabelecimentos desse segmento encontram-se distribuído nos seis demais estados do Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Tocantins), assim como, 57% dos hectares restantes. Isto se deve a uma diversificação dos projetos e planos de desenvolvimento regional implantados no Pará desde os anos de 1970 que resultaram numa maior concentração de políticas agrícolas e agrárias para o Estado, portanto, superior aos demais estados do Norte, mesmo porque, é o Pará que detém maior diversificação e exploração agropecuária.

Por outro lado, saber da ocupação das pessoas nos estabelecimentos pode dar uma dimensão da utilização e trabalho gerado pelos segmentos da agricultura familiar e não familiar (Tabela 2).

Tabela 2: Pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor e maiores de 14 anos: Brasil, Norte e Pará, base 31/12/2006.

Categorias	Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)			Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em 31/12 com 14 anos e mais de idade e com laço de parentesco com o produtor (Pessoas)		
	Brasil	Norte	Pará	Brasil	Norte	Pará
Total	12.801.179	1.467.520	616.335	11.792.283	1.261.219	539.005

Não familiar	1.764.478	167.971	61.445	1.656.559	148.502	55.220
Agricultura familiar	11.036.701	1.299.549	554.890	10.135.724	1.112.717	483.785

Fonte: Censo 2006 (IBGE, 2010).

No Brasil, em 2006, existiam 12.801.179 pessoas nos estabelecimentos agropecuários, sendo que 86,22% pertenciam a agricultura familiar (mais de onze milhões de pessoas) e apenas 13,78% não familiar (1.764.478 pessoas). Do total do país, 11,46% pertenciam a região Norte (1.467.520 pessoas) e deste, 83,78% correspondia a pessoas da agricultura familiar (1.299.549), com laço de parentesco com o produtor do estabelecimento.

Com relação à ocupação das pessoas nestes estabelecimentos, com mais de 14 anos, no país eram 11.792.283 pessoas, sendo da agricultura familiar 86%, isto é, 10.135.724 pessoas ocupadas com mais de 14 anos. O Norte respondia com 10,70% do total ocupado com mais 14anos, dos quais 88,22% eram da categoria agricultura familiar (1.112.717 pessoas ocupadas com mais de 14 anos nos estabelecimentos).

No Pará, em 2006, existiam 539.005 pessoas de mais 14 anos ocupadas em estabelecimentos rurais, sendo que 90% da agricultura familiar (483.785 pessoas com mais de 14 anos), ou seja, apenas 10% não pertenciam a agricultura familiar (55.220 pessoas acima de 14 anos ocupadas). Percebe-se assim, que a produção agrícola no Pará, advém da agricultura familiar.

Com relação a uma forma de fomento, dada ao segmento familiar, poderia se pensar em investimentos concedidos para a agricultura. Tem-se a Tabela 3 que revela este importante dado.

Tabela 3: Investimentos concedidos para aos estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar em 2006, em unidades.

Categoria	Brasil	Norte	Pará
	Investimento total	Investimento total	Investimento total
Agricultura familiar	780.597	36.311	15.758
Não familiar	138.514	6.080	2.376
Total	919.111	42.391	18.134

Fonte: Censo, 2006 (IBGE, 2010).

Em todo o Brasil, 85% dos estabelecimentos da agricultura familiar recebeu investimentos distribuídos nas categorias: investimento, custeio, comercialização e manutenção do estabelecimento (Tabela 3). Os 15% restantes foram destinados a agricultura não familiar. Destaque que se apontou o investimento total, mas a categoria investimento, no estado paraense foi de 61%, destinado, 39% aos demais tipos (custeio, comercialização, e manutenção do estabelecimento). Na totalidade, no Pará, esse percentual foi de 87%, que correspondeu 15.758 estabelecimentos, que frente à região Norte importou em 43%, neste caso, 57% foram concedidos aos seis demais estados da região.

Se considerar investimentos à agricultura familiar no estado do Pará, concedido tão somente pelo Banco da Amazônia, relativo aos anos de 2000 a 2009, visualiza-se na Tabela 4 o montante geral e por município.

Tabela 4: Créditos concedidos pelo Banco da Amazônia a Agricultura Familiar do estado do Pará: 2000 a 2009.

Ano	Nº Municípios	Área (ha)	Nº Contratos	Valor Total financiado (R\$1,00)
2000	24	7.408,61	3.491	R\$ 14.204.740,29
2001	54	5.744,30	2.855	R\$ 12.577.962,50
2002	61	5.184,11	3.478	R\$ 15.597.198,66
2003	73	7.036,82	8.528	R\$ 39.086.513,66
2004	112	30.404,73	33.179	R\$ 49.915.595,50
2005	90	9.193,25	9.388	R\$ 25.452.404,36
2006	114	25.084,15	16.587	R\$ 45.626.835,09
2007	124	35.749,80	22.563	R\$ 42.194.539,10
2008	138	45.443,72	26.292	R\$ 58.595.829,26
2009	138	38.093,03	21.380	R\$ 48.188.286,71
Total	928	209.342,5	147.741	R\$ 351.439.905,12

Fonte: Banco da Amazônia S/A, 2010

Valores deflacionados pelo IGP-DI, base 1994=100 (IPEA, 2010).

No total de 209.342,50 ha já obtiveram crédito de fomento (rural) concedido pelo Banco da Amazônia. Isto implicou na totalidade do período em análise de 928 municípios (acumulado) e correspondeu a 147.741 contratos. O montante foi de 351,44 bilhões no período todo. Os anos que mais se destacaram em termos de concessão do crédito foi em 2004 e 2008, respectivamente, ainda que no primeiro ano (2004) se registrou o maior número de contratação (33.179). Observa-se ainda, que o número de municípios foi crescente ao longo do período (2000 a 2004). Em 2005 houve queda quanto ao número de município (90) e que nos dois últimos anos atinge quase a totalidade dos municípios paraenses (143). Se considerar a TGC, o valor do crédito rural cresceu 17,44% a.a., com significância estatística de 1% de probabilidade de erro.

#### 4.2 DADOS DA PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO PARÁ

Quanto à produção de lavouras temporárias, tem-se a Tabela 5 com as culturas de destaque, como: arroz, feijão, mandioca e milho. Observa que a área colhida do arroz foi de 242.987 ha, em que se visualiza uma diminuição bem acentuada a partir de 2006, que chega em 2009 com apenas 156.357 ha. O desvio padrão é alto, mostrando pouca homogeneidade nos dados da série, confirmado pelo alto valor do coeficiente de variação, o maior, entre as demais culturas, de 19,90%.

Tabela 5: Área colhida e produção da lavoura temporária da agricultura familiar no estado do Pará: 1995 a 2009.

Área colhida (hectares)	Produção (toneladas)
-------------------------	----------------------

Anos	Arroz (em casca)	Feijão (em grão)	Mandioca	Milho (em grão)	Arroz (em casca) (Toneladas)	Feijão (em grão) (Toneladas)	Mandioca (Toneladas)	Milho (em grão) (Toneladas)
1995	231.541	83.230	272.931	280.707	337.758	50.976	3.592.740	385.655
1996	247.359	83.243	288.985	339.863	369.429	52.197	3.814.917	467.413
...	...	...	...	...	...	...	...	...
...	...	...	...	...	...	...	...	...
2008	158.521	64.953	304.864	265.886	292.355	49.908	4.799.099	622.414
2009	156.347	54.588	289.980	240.387	302.989	35.236	4.548.748	552.104
Média	243.987	74.922	291.994	303.985	417.845	53.529	4.295.592	524.586
Desv.padrão	48.541,39	7.998,55	17.383,58	47.017,43	109.929,15	8.619,61	520.461,66	70.457,39
C.Var(%)	19,90	10,68	5,95	15,47	26,31	16,10	12,12	13,43

Fonte: elaboração dos autores a partir do IBGE (2010).

Nota: (...)sequência de uma série histórica.

O feijão, em termos de área colhida seguiu a tendência da produção do arroz e no período em análise teve redução. A média ficou em 74.922 ha, com desvio padrão em torno 8.000 ha e coeficiente de variação de 11%. O milho idem para o comportamento padrão dos dois grãos anteriores (arroz e feijão), então em 1995 registra uma área colhida de 280.707 ha e chega em 2009 com 240.387 ha. De qualquer modo, foi a maior média registrada em termos de área colhida (303.983 ha), superando, inclusive a área colhida média da mandioca (291.994 ha). Aliás, com a área mais homogênea das lavouras temporárias, fato confirmado pelo menor desvio padrão (5,95%).

A produção de grãos (arroz, feijão e milho) e mandioca no Pará é considerável, sendo a média de arroz de 417.845 t, feijão, 53.529 t e 524.586 t. A maior produção (média) é da mandioca, com mais 4,3 milhões de toneladas. Percebe-se que tanto em área colhida como produção da mandioca cresceram entre 1995 a 2009, registrando o menor desvio padrão das culturas analisadas.

A produtividade e o valor bruto da produção (VBP) dos grãos e mandioca constam na Tabela 6. Os rendimentos médios do arroz, feijão e milho para os dados em série foram: 1.730; 716 e 749 kg/ha, respectivamente. O da mandioca, 14.671 kg/ha. A variabilidade em torno da média, para grãos, a maior foi a do milho, denotado pelo maior desvio padrão (342,93kg/ha), logo, o maior coeficiente de variação em relação a média (19,50%).

A produção média da mandioca para o Pará foi de 14.670,74kg/ha e esta média se mantém constante ao longo dos anos. Esta cultura não avançou em termos tecnológicos e trata-se mais de uma exploração da agricultura familiar que, talvez, dê maior retorno aos agricultores em termos de troca de outros produtos e mesmo sua comercialização, uma vez que é explorada nos 143 municípios paraenses. Alguns produtores avançam com relação a produção da farinha e também para a alimentação de pequenos animais (como ração).

Tabela 6: Rendimento (kg/ha) e VBP da lavoura temporária, estado do Pará: 1995 a 2009.

Anos	Rendimento (kg/ha)	VBP, em reais (*)
------	--------------------	-------------------





2007	643.192	21.929	359.308	112036,2	51.744,91	683,62
2008	599.538	22.992	397.423	103543,9	59.170,11	768,05
Média	481.085	22.506	145.303	83.353	31.533	315
Desv.padrão	168.885,90	6.805,85	124.317,77	17.300,03	14.105,32	214,10
C.Var(%)	35,11	30,24	85,56	20,76	44,73	68,00
Taxa Geométrica de Crescimento						
TGC (%)	8,75*	- 1, 56n s	24,56*	4,00*	10,78*	17,14*
teste t	8,214	-0,792	26,744	4,395	6,640	22,512

Fonte: (IBGE, 2010)

(<sup>1</sup>) Valor deflacionados pelo IGP-DI, base: 1994=100, conforme IPEA.

(\*) Nível de significância estatística a 1% de probabilidade de erro; n.s. não significativo.

Nota: (...)sequência de uma série histórica.

Pela Tabela 8, visualiza-se que a produção leite predomina, em termos de quantidade produzida e valor gerado, seguido da produção de ovos de galinha, embora tenha decaído a produção entre 1995 a 2008. O mel mostra-se em evolução de forma espetacular, pois saiu de uma produção de 91,91 kg para 768,05 kg. Aliás, o registro da boa *performance* é dado pela TGC dos produtos pecuários, todas positivas e significativas, exceto para produção de ovos que foi, inclusive, negativa, mas sem significância estatística.

No que diz respeito à pecuária em si mesmo, a agricultura familiar possui grande participação na produção de leite, por isso, optou-se em mostrar a evolução dos números de vacas ordenhadas (Figura 1).

No Brasil, do período de 1974 a 2009, o número de vacas ordenhadas cresceu 1,29% a.a., no Norte 8,86% a.a. e no Pará 7,17% a.a., todos com significância estatística. Este resultado mostra que as TGC do rebanho de vacas leiteiras no Norte e Pará cresceram muito mais do que a taxa do país. Além disso, disso o número de vacas ordenhadas do Norte em relação ao Brasil, em 2009, representou 11,86% e o Pará representou, no mesmo ano, em relação ao Norte o percentual de 34,35%.

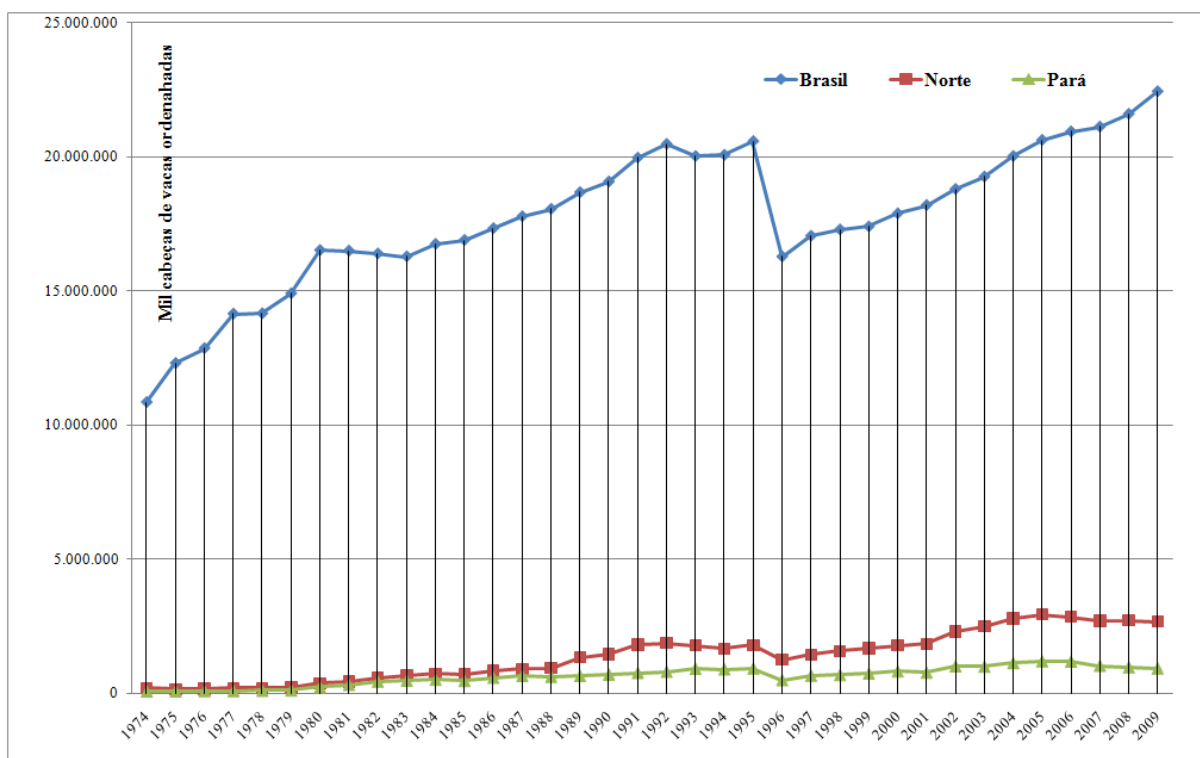


Figura 1: Números de cabeças de vacas ordenhadas no Brasil, Norte e Pará: 1974 a 2009.

Fonte: IBGE, 2010.

Portanto, existe ainda muito diferença de produção nesta atividade da região Norte e do Pará em relação ao resto do país, mas que se mostra com tendência de crescimento em nível regional, a partir de 1996 (Figura 1). Na Tabela 9 tem-se a comparação dos produtos extrativos, em toneladas, relativos aos grupos de diversos produtos, informados pelo IBGE, relativos à: alimentos, aromáticos, borracha, ceras, fibras, gomas não elásticas, oleaginosas e tanantes, exceto produtos extrativos do carvão, da lenha e da madeira, em razão desse trabalho ser requeridos por outros atores, que envolve, inclusive, trabalho contratado (terceirizado por serrarias).

Tabela 9: Produção, em toneladas, dos principais produtos extrativos no País e regiões: 1995 a 2008.

Anos	Brasil	Norte	Pará
1995	646.151	186.981	134.463
1996	598.884	164.538	130.652
...	...	...	...
...	...	...	...
2007	630.859	148.422	108.039
2008	625.943	161.867	119.959
Total	8.899.904	2.356.310	1.802.315
Média	634.904	166.871	128.296
Desv.padrão	23.110,07	16.175,51	16.397,38



C.V(%)	3,64	9,69	12,78
--------	------	------	-------

Fonte: (IBGE, 2010)

Nota: (...)sequência de uma série histórica.

Pela Tabela 9, em termos do total produzido (toneladas), o peso do Pará com relação ao Brasil representa 20,25%, mas com relação ao Norte 76,49% revelando a importância dessa atividade na agricultura familiar. A média anual para o período analisado foi: Brasil, 634.904 t; Norte, 166.871 t e o Pará com 128.296 t. Os desvios padrões do Norte e Pará são muito próximos, mostrando certa homogeneidade dos dados e/ou refletindo o peso da produção quantitativa do Pará na atividade extrativa, embora, visualiza-se decréscimo na produção para as três regiões, sendo que o país a menor taxa de variação (-3,13%); o Norte a maior (-13,43%), e seguido do Pará, com decréscimo de -10,79% .

Observar que, com a expansão desta fronteira desde a década dos anos de 1970, mais intensamente, um dos temas polêmico com relação a lógica do crescimento econômico rural, qual seja, o crescente aumento do desmatamento da Amazônia, mostrado na Tabela 10.

Os estados que mais intensificam esta prática são, também, os mais avançados em termos de produção agropecuária: Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Tabela 10: Desmatamento na Amazônia Legal e alguns estados: 1989 a 2009, em km<sup>2</sup>.

Ano	MT	PA	RO	AMAZÔNIA LEGAL
1989	5.960	5.750	1.430	17.770
1990	4.020	4.890	1.670	13.730
1991	2.840	3.780	1.110	11.030
1992	4.674	3.787	2.265	13.786
1993	6.220	4.284	2.595	14.896
1994	6.220	4.284	2.595	14.896
1995	10.391	7.845	4.730	29.059
1996	6.543	6.135	2.432	18.161
1997	5.271	4.139	1.986	13.227
1998	6.466	5.829	2.041	17.383
1999	6.963	5.111	2.358	17.259
2000	6.369	6.671	2.465	18.226
2001	7.703	5.237	2.673	18.165
2002	7.892	7.510	3.099	21.651
2003	10.405	7.145	3.597	25.396
2004	11.814	8.870	3.858	27.772
2005	7.145	5.899	3.244	19.014
2006	4.333	5.659	2.049	14.286
2007	2.678	5.526	1.611	11.651

2008	3.258	5.607	1.136	12.911
2009	1.049	4.281	482	7.464
Média	6.105,43	5.630,43	2.353,63	17.034,90
Desv.padrão	2.681,05	1.381,44	994,48	5.413,00
Coef.var(%)	43,91	24,54	42,25	31,78

Fonte: INPE, 2010.

De 1998 a 2009, o registro médio de área desmatada para a Amazônia foi de 17 mil km<sup>2</sup>, sendo que a maior média, em nível de estado, para o período analisado foi do Mato Grosso (6.105 km<sup>2</sup>), seguido do Pará (5.630 km<sup>2</sup>) e Rondônia o menor (2.353km<sup>2</sup>). Os coeficientes de variação, valor que gira em torno da média, são altos, sendo o maior de Mato Grosso (44%), acompanhado bem perto de Rondônia (42%). O coeficiente do Pará é relativamente baixo (25%) se comparado aos outros dois estado, o que mostra maior homogeneidade de área desmatada/ano (Tabela 10).

Ainda na Tabela 10 visualiza-se que de 1989 até 1994 decresce o desmatamento, subindo consideravelmente em 1995 (maior valor). Essa máxima na série, diz respeito ao fato de ser um ano após a reestruturação do crédito para produção agropecuária, inclusive no biênio 1994-95 ocorre no estado do Pará o “boom” de associações criadas com o objetivo de intermediar os financiamentos, além é claro, de ser registrado o elevado número de contratos junto ao Banco da Amazônia - SA.

Pela Figura 2, não se percebeu correlação entre desmatamentos e número de contratos e área financiada com recursos do FNO, para o período de 2000 a 2009, entretanto, observa-se que após o ano de 1995 a série apresenta números próximos da média percebida para região.

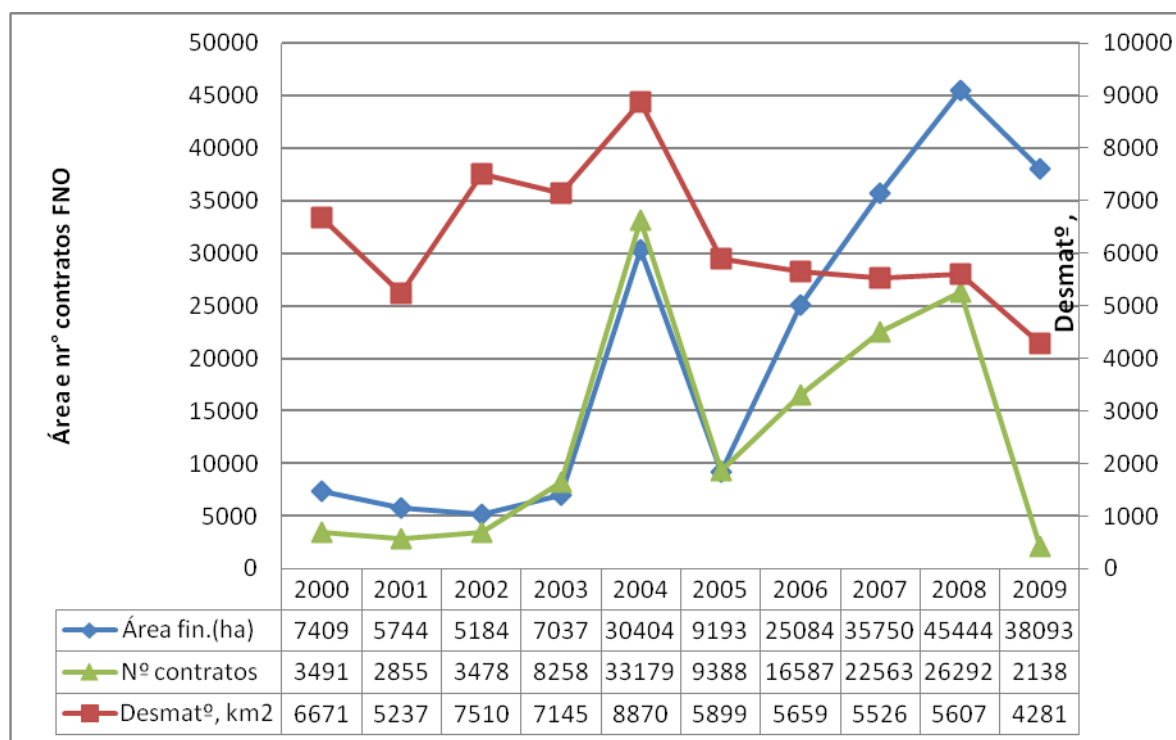


Figura 2: Relação entre número de contratos do FNO, área financiada (ha) e desmatamento no

Pará, em km<sup>2</sup>.

Fonte: dados da pesquisa, 2011.

Outra elevação notada na série é em 2004, atingindo a segunda maior área desflorestada em um ano. Tal elevação se justifica na proposição feita por determinadas organizações sociais e governo de aproximar o setor madeireiro dos pequenos produtores através do programa chamado “Safral Legal”, em que os agricultores familiares foram convidados a negociarem madeiras oriundas das áreas de roça com empresas madeireiras, sendo permitido apenas o desmate de até três ha por estabelecimento.

Para Herrera; Oliveira (2010) esse arranjo não só aumentou o desmatamento no estado do Pará como apenas proporcionou prejuízos aos agricultores que se envolveram, sendo o Safral Legal denunciado ao Ministério Público.

O “Safral Legal” teve sua primeira denúncia com repercussão nacional apenas um ano depois, quando a matéria foi veiculada pela revista “Veja” de 15 de junho de 2005, quando se organizavam para mais uma safra, tal fato desencadeou na CPI da Biopirataria, que segundo o relator, foram serrados ilegalmente 220 mil metros cúbicos de madeira (cf.: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Esquema\\_do\\_Plano\\_Safral\\_Legal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Esquema_do_Plano_Safral_Legal)) como moeda para as campanhas dos políticos locais do Partido dos Trabalhadores (Eco Amazônia, 2006) (HERRERA; OLIVEIRA, 2010; p. 13).

Após o ano de 2004 começa a decrescer o desmatamento na região, a diminuição no estado do Pará foi a menor registrada dentre os três estados que mais contribuem para os maiores valores na região. Tal redução dos números se deve ao maior controle por parte dos órgãos responsáveis, devido à política de criação das Unidades de Conservação que serviu como um freio na exploração expansiva de novas áreas e as diversas ações do IBAMA para fazer cumprir e valer o controle da expansão agrícola. Além disso, tem iniciado a tendência quanto ao múltiplo uso das florestas, com agregação de valores, mediante políticas de manejo florestal, reflorestamento de áreas degradadas, atividades da silvicultura e mesmo, demarcações de áreas de proteção ambiental.

Consequência dessas ações é o valor (7.464 km<sup>2</sup>) apresentado em 2009, o menor em todo percurso da série. O problema ainda se faz representado no estado do Pará, pois apesar da queda significativa, o mesmo apresentou 57% do desmatamento registrado em toda região.

A seguir será feita uma análise a partir da delimitação espacial feita pelo INCRA no acompanhamento dos problemas fundiários no estado do Pará.

#### 4.3 AS TRÊS MESORREGIÕES DETERMINADAS PELO INCRA NO ESTADO DO PARÁ

O estado do Pará, devido sua extensão e os diversos conflitos no campo, em função de questões fundiárias e de interesses quanto à produção (familiar e não-familiar), teve seu território dividido em três Superintendências: SR 01 – com sede em Belém é a mais antiga do Estado, atualmente responde pelas Mesorregiões Metropolitana de Belém, Marajó e Nordeste Paraense; a SR 27 – com sede em Marabá foi fundada em 1996, sendo ela demandada pelos movimentos sociais do campo há muito tempo, entretanto, só após o massacre do Eldorado dos Carajás é que instituíram em Marabá a sede da Superintendência Regional que tem como jurisdição as Mesorregiões do Sul e Sudeste do Estado; a última Superintendência criada,

a SR 30, com sede em Santarém tem como foco as Mesorregiões do Baixo Amazonas e a Sudoeste do Estado, essa teve início em 2007, muito embora, existe-se por parte dos atores das Mesorregiões a demanda histórica de uma gerência mais próxima ao território, mas só foi criada após o acirramento dos conflitos por terra na região da Transamazônica, fato infeliz destacado dessa disputa foi o assassinato da missionária Dorothy Stang em 12 de fevereiro de 2005.

Segundo Carvalho (2000), o Nordeste Paraense e áreas próximas a Belém (SR 01) tem sua ocupação em função da mobilidade interna de paraenses após a queda da economia da borracha e devido à migração de nordestinos fugindo do processo de seca.

Desde os meados do século XIX, especialmente com a grande seca do Nordeste em 1877, migram para a Amazônia nordestinos em grandes levas, tanto de forma “organizada” por governos, como de forma espontânea. A atividade econômica principal, o extrativismo-exportador, necessitava da agricultura para subsidiá-la (SANTOS, 1980; MOURÃO, 1989). Belém, como pólo comercial, aumento de sua capacidade como mercado consumidor de alimentos básicos e de matérias-primas, permitindo a expansão da agricultura familiar em áreas próximas (CARVALHO, 2000; p. 58).

Uma característica que resulta desse processo de ocupação (atividade extrativismo-exportadora e agricultura) são os tamanhos das áreas ocupadas pelas famílias, que em sua maioria utilizam de porções pequenas de áreas para o cultivo de lavouras que abastecem diretamente o mercado local, Belém e região metropolitana.

No caso do Sudeste Paraense (SR 27), sofre um “inchaço” em função da abertura de rodovias no Estado no início da década de 1960, ocasionando o deslocamento de migrantes das diferentes regiões em busca de terras. Veiga *et al* (2007) destaca a mudança que ocorre na região Sul e Sudeste do Pará devido a intervenção do Estado Nacional que tinha como objetivo a melhor estruturação fundiária e ocupação do espaço para agricultura familiar. No entanto, como destaca os próprios autores.

As ações estimularam um intenso fluxo migratório de agricultores para a região na metade da década de 1970 e 1980 (em movimentos “espontâneos” ou incentivados pelo governo), que chegam a procura de terras para se fixarem, mas também incentivaram o estabelecimento de grandes empresas agropecuárias através de concessão indiscriminada de incentivos fiscais para a pecuária; as terras passam a ser alvo de uma dura disputa pelo espaço (De REYNAL, 1999 apud VEIGA *et al*, 2007; p. 105).

Conseqüência desse processo de disputa prevaleceu na região a dinâmica de uso da terra pautada na atividade pecuária, essa de maneira devastadora, pois a implantação era realizada pelo desmatamento (inclusive dos castanheais) seguido do plantio direto de pastagem, inutilizando boa parte das terras para o cultivo de lavouras.

A última fronteira agropecuária caracterizada no estado do Pará corresponde às áreas de atuação da SR 30, Baixo Amazonas e Sudoeste. As porções de terras dessas mesorregiões apresentam distintas formas de uso, marcadas pela expansão do sistema rodoviário pelo interior do Estado, pois a criação da BR 163 (Cuiabá - Santarém) e da BR 230 (Transamazônica) caracterizou um marco de mudança nos sistemas produtivos.

Herrera e Guerra (2006) ao se referir o processo de ocupação da região da Transamazônica destacam o fato de que novas aberturas conjugadas com incentivos governamentais proporcionam à ampliação do uso dos recursos naturais e a ampliação na dinâmica agrícola.

A abertura de novas áreas à exploração agrícola na Região Amazônica, acompanhada pela propaganda de apoio às atividades agrícolas e aos produtores de outras regiões (migrantes) [...], proporcionam o deslocamento de muitos agricultores para os limites da Amazônia, primordialmente com objetivo de adquirir porção de terra para a subsistência da família. Tal fato provocou ampliação na dinâmica de exploração agrícola da região (HERRERA; GUERRA, 2006; p. 7).

As diferentes trajetórias e formas de ocupação contribuíram para a configuração fundiária no Pará, como pode ser notado na Tabela 11, o número de estabelecimentos próprios apesar de muito mais elevado na SR 01, mais que a soma das outras áreas no censo 1995-1996, apresenta área significativamente menor que as outras SRs. Fato esse que caracteriza uma melhor distribuição das terras, diferente do que se percebe na SR 27, tanto no censo 1995-1996 quando constava 21% e no de 2006 com o valor de 26% dos estabelecimentos próprios, tendo respectivamente 45% e 49% das áreas consideradas próprias, logo constituindo a maior concentração fundiária do Estado.

Tabela 11: Condição Legal das Terras por SRs do INCRA.

		Próprias		Arrendadas		Parceria		Ocupadas	
		Estabelec	Áreas (ha)	Estabelec	Áreas (ha)	Estabel ec.	Áreas (ha)	Estabelec	Áreas (ha)
1995	SR-30	44.227	6.076.591	120	10.668	91	9.257	4.240	125.572
	SR-27	35.265	9.724.378	151	17.049	79	62.070	4.220	365.802
	SR-01	91.914	5.671.942	709	6.608	1.018	45.861	24.370	404.428
2006	SR-30	44.351	5.645.040	501	30.668	1.522	38.281	3.588	239.386
	SR-27	44.479	9.826.320	377	47.747	153	26.734	1.007	794.341
	SR-01	84.528	4.858.345	2.244	126.225	2.525	28.087	11.062	186.800

Fontes: CENSOS, 1995/1996; 20096. (IBGE, 2010).

A concentração de terra percebida na área da SR 27 deriva da atividade pecuária, já que essa é realizada em sua maioria por meio da prática extensiva, onde se exige uma quantidade de área elevada para pequenos rebanhos. Veiga *et al* (2007; p. 106) destaca que “a criação de gado é a base da economia local, sendo desenvolvida tanto pela agricultura familiar quanto por grandes fazendas”.

A Tabela 12 apresenta dados do Censo Agropecuário 2006, fazendo distinção entre Agricultura Familiar (Lei nº 11.326) e os estabelecimentos Não Familiares. Pode ser verificado que o número de estabelecimentos considerados agricultores familiares representam 88% dos estabelecimentos do Estado e detêm apenas 31%

das áreas enquanto os estabelecimentos não familiares ocupam a maior porção de terra do Estado (69%) com sendo apenas 12% dos estabelecimentos declarados no censo de 2006.

Tabela 12: Número de estabelecimento e área da agricultura familiar e não familiar.

Superintendências	Agricultura familiar		Agricultura Não familiar	
	Estabelecimento	Área (ha)	Estabelecimento	Área (ha)
SR 01	<b>104 613</b>	<b>1 967 194</b>	9 045	3 100 144
SR 27	43 058	2 361 996	<b>9 709</b>	<b>8 730 683</b>
SR 30	48 479	2 579 966	7 124	3 726 042
<b>Pará</b>	<b>196 150</b>	<b>6 909 156</b>	<b>25 878</b>	<b>15 556 870</b>

Fonte: IBGE, Censos 2006 – Agricultura Familiar, primeiros resultados.

Notadamente, visualiza-se que essa divisão entre produção familiar com menor porção de área e a produção não familiar com concentração fundiária pode ser constatada quando se compara as áreas por Superintendência, pois a SR 01 apresenta o maior número de estabelecimentos considerados agricultores familiares (47%) de todo o Pará, no entanto, ocupa a menor porção de terra, apenas 9% de toda área paraense.

No outro extremo se tem o caso da SR 27 que possui 4% dos estabelecimentos do Estado considerado não familiar e esses ocupando a área referente a 39% de toda a área registrada no censo de 2006.

Fazendo uma comparação simplificada entre as três áreas (Tabelas 13 e 14) quanto ao uso da terra, nota-se que a SR 27 tem-se destacada na produção pecuária, principalmente na criação de bovinos, como já discutido anteriormente, isso muito devido à forma de ocupação e aos incentivos governamentais no início das décadas 1970 e 1980.

A SR 30 ainda apresenta muito fortemente a prática de auto-sustento, isso pode ser observado no comparativo entre o valor que se produz e o que vendido, caracterizando o maior percentual para consumo da família, exemplo disso é a produção de arroz em casca, que teve um montante de 126.996 toneladas produzidas e apenas 38% dessa produção vendida.

Ao se comparar a produção da SR 30 do cultivo de arroz com as demais SR se percebe a grande tendência da mesorregião para o cultivo já que é responsável por 48% de toda produção do Estado, muito em função de ser a mesorregião que tem expandido com novas aberturas, caracterizando a atual frente de expansão agrícola do Pará (Tabela 13).

Tabela 13: Número de estabelecimento e produção de arroz em casca, milho e mandioca.

	Arroz em casca			Milho			Mandioca		
	Estab.	Quantidade		Estab.	Quantidade		Estab.	Quantidade	
		Produz. (t)	Vend. (t)		Produz. (t)	Vend. (t)		Produz. (t)	Vend. (t)
SR 01	6 265	50 875	32 422	17 242	67 656	35 269	<b>50 091</b>	<b>1 040 943</b>	<b>444 493</b>
SR 27	10 014	85 968	28 383	9 073	133 448	87 215	2 743	33 520	14 905
SR 30	<b>8 602</b>	<b>126 996</b>	<b>48 585</b>	11 253	93 476	41 663	14 622	227 607	77 106

<b>Pará</b>	<b>24 881</b>	<b>263 839</b>	<b>109 391</b>	<b>37 568</b>	<b>294 579</b>	<b>164 147</b>	<b>67 456</b>	<b>1 302 070</b>	<b>536 503</b>
-------------	---------------	----------------	----------------	---------------	----------------	----------------	---------------	------------------	----------------

Fonte: IBGE, Censos 2006.

Adaptação dos autores.

Percebe-se que a SR 01 é a maior produtora de mandioca do Estado, pois se responsabiliza pelo abastecimento de Belém e região metropolitana, além do que em relação as demais mesorregiões tem maior facilidade de transporte de seus produtos, uma vez que nas porções mais ao interior do estado tem dificuldades com estradas intrafegáveis no período chuvoso e a maioria dos produtores não possuem estruturas para armazenamento.

Quanto à produção de pequenos animais, sobre tudo, suínos e aves a SR 01 tem importante participação no Pará. A produção realizada pelos agricultores da SR 01 tem em sua maioria como destino o mercado, já os agricultores das demais SRs tem a criação de pequenos animais como atividade reguladora do sistema de produção, assim, basicamente serve para o auto-consumo e é comercializado em casos esporádico, quase sempre devido a demandas emergenciais, como tratamento de saúde, viagem, etc.

Tabelas 14: Número de estabelecimentos e produção pecuária por SR.

	Bovinos		Caprinos		Ovinos		Suínos		Aves	
	Estab.	N. de cabeças	Estab.	N. de cabeças	Estab.	N. de cabeças	Estab.	N. de cabeças	Estab.	N. de cabeças
SR 01	12 815	1 149 136	643	24 796	1 120	43 265	<b>19 014</b>	<b>343 563</b>	<b>36 879</b>	<b>13 036 603</b>
SR 27	<b>42 674</b>	<b>9 382 991</b>	<b>1 026</b>	<b>28 275</b>	<b>2 959</b>	<b>78 484</b>	18 320	213 975	35 194	1 784 206
SR 30	27 674	2 822 731	927	22 798	2 276	60 137	11 804	147 985	34 160	1 762 990
<b>Pará</b>	<b>83 163</b>	<b>13 354 858</b>	<b>2 596</b>	<b>75 869</b>	<b>6 355</b>	<b>181 886</b>	<b>49 138</b>	<b>705 523</b>	<b>106 233</b>	<b>16 583 799</b>

Fonte: IBGE, Censos 2006

Adaptação dos autores

Ao comparar as três mesorregiões (SRs) se tem nitidamente uma diversidade quanto aos sistemas de produção, diversidade essa percebida em toda Amazônia como resultado do processo migratório (diferentes culturas) e devido às desiguais bases econômicas, conseqüentes do tempo, forma de chegada e apropriação das forças capitalistas nas diferentes áreas.

O fato é que temos no Pará, bem como na Amazônia em geral, conseqüências sociais e econômicas do processo de integração dessa região a economia nacional, como destaca Hebéte (2004):

A política de globalização da Amazônia é a nova forma de inserção da região no mercado mundial, em sucessão a política de integração nacional (1960-1990). Pretende transformar a Amazônia na principal região produtora e exportadora de produtos primários.

Este processo vai sendo realizado em tempos diferentes dentro do estado do Pará o que vem a caracterizar a mobilidade da fronteira interna, ou seja, o deslocamento das atividades produtivas mediante as facilidades na relação de produção entre o capitalista e os meios de produção, seja a terra ou a própria força de trabalho mais barata.

Isso caracterizou ao longo dos anos no estado do Pará as novas frentes de expansão o que se lê cronologicamente as mudanças dos conflitos pela terra nas diferentes SRs, bem como transformações nos sistemas produtivos no Estado.

## 5. CONCLUSÃO

Claramente, pode-se observar no estado do Pará que a produção familiar tem acompanhado o movimento de mudança na produção agropecuária, isso muito em função de responder aos estímulos que lhe são gerados durante sua trajetória, exemplo disso, as taxas de produção normalmente evoluídas em função do crédito ou da demanda de produtos específicos pelo mercado.

Essa conjuntura de adequação as novas formas pode melhor ser explicada quando feito a comparação entre as três mesorregiões do Estado, que se encontra em circunstâncias cronologicamente distintas, respondendo a momentos diferentes da intervenção de capitais e políticas públicas.

Fato é que se tem no Pará um número significativo de agricultores familiares que contribuem diretamente para os números estatísticos da produção estadual e nacional, seja garantindo a reprodutibilidade da família em seus estabelecimentos e/ou abastecendo o mercado local e/ou nacional. Tal configuração, participação no mercado, não descaracterizou a condição de produção familiar da maioria das propriedades do Estado, pois, ainda se tem a intrínseca relação família e sistemas de produção, muito embora, seja percebido um desprendimento por parte de membros das famílias na busca de atividades alternativas que remunerem melhor seus trabalhos.

Importante destacar que ao se verificar os dados publicados pelo IBGE, neste estudo, nos remete a realidade que acompanham da produção familiar paraense, ratificando a máxima de que a heterogeneidade da agricultura familiar melhor assistida, com políticas públicas e intervenção técnica que considere suas especificidades, pode corroborar de modo significativo para o desenvolvimento econômico estadual.

Por fim, é importante reafirmar o fato de mais estudos devem se direcionar a dinâmica do segmento da agricultura familiar, ratificando sua importância na produção de alimentos e forma de organização rural, o que este estudo teve o caráter mais provocativo do que conclusivo, no sentido de estimular à compreensão da dinâmica produtiva e econômica da produção familiar, e com isso ter melhores condições de debater e propor incentivos e intervenções orientadas a partir das especificidades e realidade desta produção no estado do Pará.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BONNAL, Philippe; REYNAL, Vincent de; FIGUEREDO, Raul Batista de. **Economia do estabelecimento agrícola**. Belém. CCA/UFPA. 1995.

CARVALHO, V. R. V., Inovação, Diversidade Cultural e Socialidade: uma análise multifatorial das mudanças em Capitão Poço. In: COSTA, F. de Assis. & CARVALHO, V. R. V. [et al], **Agricultura familiar em transformação: no nordeste paraense – o caso de Capitão Poço**. Belém: UFPA. NAEA, 2000.

Chayanov, A. V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión. 1974.



FAO. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários**: Guia Metodológico. INCRA. Brasília. 1993.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia – migração, colonização e ilusões de desenvolvimento. Belém: Editora Universitária/São, 2004, vol. 1.

HERRERA, José Antonio & GUERRA, Gutemberg Armando Diniz . Exploração Agrícola Familiar e o Processo de Ocupação da Região da Transamazônica. **Textos do NEAF**. Textos Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, v. 14, p. 1, 2006.

HERRERA, José Antonio & OLIVERIA, Regis Borges. Apropriação dos Recursos Naturais na Amazônia: consequência de um país subdesenvolvido. In: ALVES, Adilson Francelino *et al.* (Orgs). **Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária: Territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço agrário brasileiro**. Francisco Beltrão. Unioeste/Geterr, 2010.

LAMARCHE, H. A agricultura familiar: comparação internacional – uma realidade multiforme. **Coleção Repertórios Campinas**: Ed. UNICAMP, 1993, 336 p.

OLALDE, Alicia Rui. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. 2004.

PRONAF. **Buscando as Raízes**: Agricultura familiar e Reforma Agrária. Brasília: MDA/PRONAF, 2002.48 P.

SAUER, S. **Reforma agrária e geração de emprego e renda no meio rural**. São Paulo: ABET, 1998.

VEIGA, I; OLIVEIRA, M. C. de. BENTES, F. Políticas públicas e dinâmicas locais da agricultura familiar no sul e sudeste do Pará. In: TONNEU, J. P. & SABOURIN, E. (Orgs.). **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais: ensinamentos a partir de casos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.